

INDICATIVO DE LEI Nº 07/2025

AUTOR

VEREADOR LEÔNIDAS JÚNIOR
(PSB)

EMENTA

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE
COBRANÇA DE IPTU AOS IDOSOS, e dá
outras providências.

TEXTO

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí,

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficará isento de pagamento de IPTU o proprietário de um único imóvel, que seja idoso (acima de 60 anos), que tenha renda até 2 (dois) salários mínimos.

Art. 2º. O imóvel a que se refere o artigo anterior deverá ser unifamiliar, ou seja, o proprietário beneficiado pela presente Lei deverá residir no imóvel.

Art. 3º. Para ter direito à isenção, o idoso deverá comprovar a regularidade no pagamento do IPTU dos exercícios anteriores ao ano de promulgação deste Lei.

Parágrafo único. A isenção poderá ser concedida ao idoso em débito com os cofres públicos, desde que seja solicitado o parcelamento do débito anterior existente, junto à Secretaria de Finanças, nas seguintes condições:

I - redução de 100% (cem por cento) de juros e multa, no caso de pagamento em cota única;

II - redução de 90% (noventa por cento) de juros e multa, no caso de pagamento em até 10 (dez) parcelas.

Art.4º. Para que seja beneficiado com a presente Lei, será necessária a comprovação de seus rendimentos, com a apresentação de cópia da última declaração de Imposto de Renda.

Art. 5º. Os idosos que ainda não possuírem requerimento anterior, deverão realizar o pedido de isenção através de requerimento protocolado junto à Secretaria de Finanças do Município, munido da documentação citada no Art. 4º da presente Lei.

PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/camara/terresina/autenticidade>
com o identificador 310033003700370035003A006000. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Telefone: (86) 3200-0350



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003700370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


Art. 6º. Aos idosos que já obtiveram a concessão da isenção em ano (s) anterior (es) não será preciso realizar novo pedido, devendo comparecer perante a Secretaria de Finanças para realizar a prova de vida, munido da cópia da última declaração de imposto de renda ou outro comprovante de rendimentos.

Art. 7º. Fica concedida remissão a todos os débitos de IPTU inscritos ou não em dívida ativa de idosos (acima de 60 anos), possuidores de renda de até 2 (dois) salários-mínimos, que requereram a isenção fiscal e esteja pendente de análise, em conformidade com o Art. 172, I do Código Tributário Nacional, nos mesmos moldes, ficam anistiadas as sanções providas de tais débitos.

Art. 8º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Teresina, 27 de novembro de 2025.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003700370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

JUSTIFICATIVA

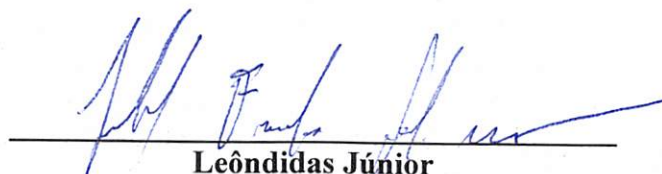
O presente Indicativo de Lei tem como objetivo instituir a isenção da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os cidadãos idosos do município, estabelecendo critérios justos para a concessão do benefício.

A propositura encontra respaldo nos seguintes argumentos:

- **Princípio da Dignidade da Pessoa Humana:** A Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) estabelecem a proteção ao idoso como prioridade, assegurando seus direitos e bem-estar. A isenção do IPTU visa garantir condições mínimas de subsistência e moradia digna a essa população, aliviando a carga tributária sobre a renda, que muitas vezes é proveniente de aposentadoria ou pensão de baixo valor.
- **Capacidade Contributiva:** O princípio da capacidade contributiva, previsto no sistema tributário nacional, orienta que os impostos devem ser cobrados de acordo com a possibilidade econômica do contribuinte. Muitos idosos, ao se aposentarem, têm sua renda reduzida, enquanto os custos com saúde (medicamentos, tratamentos) e necessidades básicas aumentam progressivamente. A isenção reconhece essa realidade econômica, permitindo que a renda seja direcionada para despesas essenciais.
- **Justiça Social e Redução das Desigualdades:** A medida promove a justiça social ao beneficiar um grupo social vulnerável, que já contribuiu significativamente para o desenvolvimento do município e do país ao longo de suas vidas produtivas. Trata-se de um retorno social em forma de benefício fiscal.
- **Autonomia Municipal:** A Constituição Federal concede aos municípios competência para instituir e regular o IPTU por meio de leis próprias, o que permite a adoção de políticas fiscais que atendam às necessidades locais da população.

A aprovação deste Indicativo de Lei por parte do poder executivo representa um passo importante na proteção e valorização dos idosos de nosso município, reforçando o compromisso social da Prefeitura de Teresina com quem tanto contribuiu e contribui para o nosso Município.

Diante do exposto, solicito o apoio do senhor Prefeito que envie tal Projeto de Lei a Câmara Municipal de Teresina para apreciação dos nobres vereadores desta ilustre Casa Legislativa.



Leônidas Júnior
Vereador de Teresina pelo PSB

PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA



Autenticar documento em <http://www.sp-online.com.br/camara/teresina/autenticidade>
com o identificador 310033003790370035003A005000. Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Telefone: (86) 3200-0350



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003700370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.